

Estado perde briga: partilha do pré-sal não sai

AGÊNCIA CÂMARA

Bancadas do Rio e do Espírito Santo anunciam obstrução para evitar a votação de royalties

BRASÍLIA

■ As bancadas dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo na Câmara dos Deputados decidiram ontem entrar em obstrução para tentar evitar a votação em plenário da proposta de redistribuição de royalties do petróleo.

Um acordo previa que a nova regra, que beneficia Estados não produtores, só valeria para as áreas não licitadas, mas alguns deputados tentam patrocinar uma emenda que estende o novo rateio para as áreas já licitadas.

O projeto estava em pauta para ser votado ontem à noite, mas a obstrução do Rio e do Espírito Santo deve se somar à do DEM e do PPS, que cobram a colocação em pauta de um projeto que dá reajuste a aposentados para liberar a votação do pré-sal. Com isso, a votação do regime da partilha não engrenou.

A decisão pela obstrução foi tomada em uma concorrida reunião que contou com 60 deputados e os governadores do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), e Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB). Antes, Cabral já tinha acusado os parlamentares articuladores da emenda de querer "roubar" o Rio.

Após a reunião, o governador do Rio de Janeiro disse que vai discutir o assunto com o presidente Luiz Inácio Lula da

Silva, com quem tinha fechado o acordo anterior de que a regra só valeria para as novas áreas.

"Vou procurar o presidente Lula. Foi o governo federal quem mandou o projeto dizendo que era para as áreas não licitadas, e agora deputados da base aliada e um governador da base (Eduardo Campos, do PSB de Pernambuco) faz proselitismo político com o Estado alheio para tentar projeção nacional. Vou conversar com o presidente", disse Cabral.

A proposta que tem provocado polêmica tenta estender a nova regra de redistribuição de royalties a áreas já licitadas. Nas novas regras, os Estados não produtores de petróleo participarão de um rateio de 44% dos recursos. Pelas regras atuais, o rateio é de 7,5%. (Agência Estado)



DEBATE. Reunião entre Paulo Hartung, Sérgio Cabral e Michel Temer, em Brasília

A divisão dos royalties defendida pelo ES

■ ESTADOS PRODUTORES: 25%

■ MUNICÍPIOS PRODUTORES: 6%

MUNICÍPIOS AFETADOS POR OPERAÇÕES DE EMBARQUE E DESEMBARQUE DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL: 3%

TODOS OS ESTADOS, COM BASE NOS CRITÉRIOS DE DIVISÃO DO FPE: 22%

TODOS OS MUNICÍPIOS, COM BASE NOS CRITÉRIOS DE DIVISÃO DO FPM: 22%

UNIÃO (DIVIDIDOS ENTRE O COMANDO DA MARINHA E O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E

TECNOLOGIA): 19%

FUNDO DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE MARINHO E AÇÕES DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: 3%

■ COMO SERÁ A DIVISÃO DO BÔNUS DE ASSINATURA:

UNIÃO: 90%

ESTADOS PRODUTORES: 2%

MUNICÍPIOS PRODUTORES: 1%

TODOS OS ESTADOS, COM BASE NOS CRITÉRIOS DE DIVISÃO DO FPE: 3,5%

TODOS OS ESTADOS, COM BASE NOS CRITÉRIOS DE DIVISÃO DO FPE: 3,5%

■ TODOS OS MUNICÍPIOS, COM BASE NOS CRITÉRIOS DE DIVISÃO DO FPM: 3,5%

Fonte: Câmara

Lula deve pedir urgência ao Senado

■ O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode pedir urgência na votação no Senado dos projetos para a produção e exploração do pré-sal. "Tenho convicção de que ainda este ano teremos a finalização da votação na Câmara. Caso o Senado atrase, o presidente pode solicitar urgência", disse o ministro. Ele afirmou que, enquanto o Congresso não votar projetos de lei ligados a nova legislação de produção e exploração do pré-sal, não haverá autorização para leilões na região do pré-sal.

Cabral e Hartung querem nova negociação com Lula

Reaproximação com o presidente evitaria o avanço da proposta do Nordeste, que quer mais repasses

■ Os governadores do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e do Espírito Santo, Paulo Hartung, defenderam ontem a retomada das discussões com o governo federal para a manutenção do acordo, feito há duas semanas, sobre a divisão de royalties do pré-sal.

Em reunião com as duas

bancadas na Câmara dos Deputados, os dois governadores afirmaram que o reinício da negociação com o presidente Lula é necessário para evitar que prospere a proposta defendida pelos governadores do Nordeste, que querem aumentar a fatia dos royalties para os Estados não produtores.

Essa é a saída que os governadores vislumbram para o entrave criado pelos Estados não produtores, que querem mais royalties do que ainda vai ser licitado do pré-sal.

Mas o que os governadores

do Nordeste querem mesmo é os royalties das áreas do pré-sal já licitadas onde, inclusive, já há produção. Exemplo: os campos de Tupi, na Bacia de Santos, e Jubarte, no Espírito Santo.

Nesses dois casos, a Petrobras realiza teste de longa duração e produz entre 10 mil e 20 mil barris por dia. No caso de Jubarte, para o próximo ano, porém, há previsão de um navio-plataforma que deverá ser instalado para produzir 100 mil barris/dia no pré-sal. É royalty para logo e dinheiro em caixa já nos meses seguintes. (Denise Zandonadi)